

**RESENHA | BOOK REVIEW**

**TERRA NEGRA: O HOLOCAUSTO COMO HISTÓRIA E ADVERTÊNCIA**

**(TIMOTHY SNYDER)**

SNYDER, Timothy. *Terra negra: O Holocausto como história e advertência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016

Thaily Viviane André\*

Timothy Snyder é um historiador consagrado e autor de uma série de obras centradas no Leste Europeu, pelas quais recebeu importantes prêmios. Seu mais recente trabalho publicado em português é “Terra negra: O Holocausto como história e advertência”, que busca revisar a narrativa do Holocausto a fim de mostrar que tal evento não foi um episódio único na história da humanidade. Snyder é da opinião que o Holocausto não acabou, no sentido de ter aberto um “precedente eterno” (p. 13) e que, portanto, um evento semelhante poderia se repetir. Assim sendo, o autor justifica o subtítulo de seu livro, afirmando que o “Holocausto não é apenas história, é advertência” (p. 13) e que, por isso, deve ser estudado para que um crime similar contra qualquer grupo ou minoria não volte a acontecer no futuro.

O livro é dividido em duas partes, sendo a primeira uma longa introdução chamada de “O mundo de Hitler”, na qual o autor tenciona historicizar o Holocausto como consequência de uma política que objetivou a destruição de Estados nacionais e de suas instituições. Timothy Snyder pretende, ao longo de 12 capítulos, mudar a ideia amplamente difundida entre historiadores e outros estudiosos da Shoá de que o Holocausto foi uma consequência direta do antissemitismo e de leis estabelecidas contra os judeus por um Estado totalitário

---

\* Bacharel em História pela FFLCH/USP e mestranda no Programa de Estudos Judaicos e Árabes do Departamento de Letras Orientais da Universidade de São Paulo (DLO/USP)

como o alemão. A segunda parte é uma breve conclusão, intitulada “Nosso mundo”, na qual o autor tenta trazer as consequências do Holocausto para a atualidade, alertando para os riscos de tal evento se repetir.

O principal argumento do autor, diametralmente oposto a essa simplificação, na presente obra está exposto logo na segunda página do prólogo, quando afirma que nossa intuição de que a ideologia e o Estado nazistas foram os responsáveis pelo Holocausto é enganosa, uma vez que tal crime só foi possível nos locais onde o Estado ou suas instituições foram destruídos. Para dar força a seu argumento, Snyder descreve os acontecimentos históricos nos países ocupados pelos alemães ou controlados por eles, tais como a Áustria, a Tchecoslováquia, a Polônia, a Romênia, a Ucrânia, os Países Bálticos, a União Soviética, a França, a Dinamarca, entre outros.

Ao descrever a ocupação nazista em cada um desses países, Snyder tenta demonstrar a sua hipótese: o extermínio de judeus foi maior e mais rápido nos países nos quais o Estado e/ou suas instituições foram destruídas do que naqueles que conseguiram manter sua soberania. Consequentemente, o autor demonstra que o antissemitismo popular não representou um papel tão fundamental no Holocausto como se costuma acreditar. Essa seria uma simplificação tranquilizadora, uma vez que explica o Holocausto como “um surto de barbárie de judeus do Leste” (p. 173), resultado de um antissemitismo que, uma vez ausente, preveniria a repetição de tal genocídio. Mais do que uma simplificação, essa explicação seria uma armadilha, pois que ao culpar um ou alguns povos que seriam mais antissemitas estaríamos nos afinando com a propaganda nazista que, de maneira providencial, excluía a participação da política e a responsabilidade individual na realização deste crime (p. 175).

Timothy Snyder dedica um capítulo inteiro a desmitificar outro pressuposto muito difundido entre os estudiosos do Holocausto e o público em geral: associá-lo com Auschwitz, campo que se tornou “metonímia para o Holocausto como um todo” (p. 234) e que reduz significativamente esse genocídio sem precedentes na história humana a um local específico. Transformar Auschwitz em sinônimo para o Holocausto foi algo providencial no pós-guerra para os alemães, já que ao circunscrever o extermínio a um lugar de exceção podiam fazer o que o autor chama de “grotesca afirmação” (p. 234) de que desconheciam o assassinato em massa dos judeus, o que era falso, uma vez que “o assunto era sabido e debatido na Alemanha” (p. 235). Além disso, esse campo ficou lembrado por suas câmaras de gás, um procedimento mais impessoal do que o extermínio em massa nas valas pelos *Einsatzgruppen*, método que levou à morte um número muito maior de judeus, o que seria outra armadilha segundo Snyder, pois que nos faz esquecer “o fato de que gente não muito diferente de nós matou à queima-roupa outras pessoas não muito diferentes de nós” (p. 236).

O capítulo foi chamado de “O paradoxo de Auschwitz”, paradoxo que consiste na comprovação de que a maioria dos judeus que estavam sob controle dos alemães e que estavam listados para deportação a este campo tiveram mais chances de sobreviver do que aqueles que não chegaram a ser deportados a Auschwitz, porque morreram bem antes nos seus próprios países ocupados e sem soberania. Para exemplificar esse paradoxo, que pretende destacar a importância do Estado na proteção e sobrevivência de seus cidadãos e a sentença de morte que recebia quase todo judeu que vivia em um país sem Estado autônomo, Snyder cita os casos da Dinamarca e da Estônia comprovando que a ausência de Estado era um fator preponderante e que desfechos opostos nos dois países pouco teriam a ver com atitudes populares e antisemitas (p. 240).

A lógica da sobrevivência seria, segundo Snyder, a mesma em toda a parte: cidadania, burocracia e política externa (p. 247), características que dependiam da soberania de um Estado. Inclusive a salvação de judeus por não-judeus dependia de tais características, pois que em países sem Estado como a Polônia o número de pessoas executada por matar judeus era muito superior ao de países soberanos, que não condenavam essa atitude ou pelo menos não com uma sentença tão grave quanto a morte. Para exemplificar esse argumento, o autor compara os destinos de três famosos cronistas do Holocausto, a saber, Victor Klemperer, Anne Frank e Emmanuel Ringelblum (p. 248). Na Alemanha soberana de Klemperer, tanto ele quanto a pessoa que lhe ajudou sobreviveram à guerra. Nos Países Baixos ocupados da adolescente Anne Frank, ela foi deportada e morreu, mais seus colaboradores sobreviveram. Já no Governo Geral da Polônia dominada pelos nazistas, Ringelblum e seus ajudantes arianos foram fuzilados.

Snyder dedica os capítulos finais dessa primeira parte aos salvadores dos judeus, salvação que seria facilitada por pessoas com autoridade estatal, tal como diplomatas, ou ligadas a instituições públicas ou até privadas legalizadas por Estados soberanos. Esse argumento reforça a tese do autor de que o Estado foi o elemento fundamental para contribuir com a sobrevivência de seus cidadãos. Apesar disso, o autor acrescenta que em casos nos quais não havia participação de funcionários ou instituições estatais ou mesmo religiosas, houve sacrifício de civis para ajudar seus concidadãos judeus, por aspectos mais subjetivos da interação humana (p. 341), aparentemente sem outra justificativa ou motivação que a da simples virtude desinteressada decorrente de ideais de humanidade e bondade.

Outro argumento importante para o autor em sua tentativa de usar o Holocausto como alerta é a questão do *Lebensraum*, o espaço vital que a Alemanha necessitava a fim de garantir a sobrevivência de seu povo e que justificaria as conquistas territoriais e, conseqüentemente, a

guerra. Hitler, avesso aos avanços tecnológicos na ciência agronômica, acreditava que a ciência não podia salvar a espécie humana e que tal crença seria meramente uma “mentira de judeu”, tão grave quanto a solidariedade humana (p. 25). Contudo, salienta Timothy Snyder, a questão primordial não era o acesso ao alimento, mas a comparação com o padrão de vida americano, comparação essa propiciada pela globalização. Os Estados Unidos era “presença inevitável” (p. 30) na mente germânica, motivando a busca pelo *Lebensraum* que fornecesse à Alemanha uma quantidade adequada de terra agricultável que possibilitasse prosperidade e conforto.

Explanados os principais argumentos, finalmente Timothy Snyder chega a sua conclusão na que pretende alertar para os riscos de uma repetição do Holocausto, afirmando que tal possibilidade é plausível. Basta que ressurgam as condições que possibilitaram o Holocausto na década de 1930, a saber, a destruição de Estados e das instituições estatais permitindo que a cobiça ou necessidade de matérias primas e alimentos se voltem para o assassinato de um grupo como uma solução para os problemas de determinada nação. Afinal, salienta Snyder, não somos eticamente superiores aos homens das décadas de 1930 e 1940.

A única maneira de nos prevenirmos de produzir um novo Holocausto, motivados pelas mudanças climáticas que nos ameaçam e pelas perspectivas apocalípticas do futuro, é ter uma política sensata que mantenha o mais longe possível o medo de uma catástrofe planetária, permitindo à ciência se desenvolver para trazer soluções aos desafios atuais da natureza. Nosso objetivo deve ser defender Estados que proporcionem a seus cidadãos reconhecimento, garantia e proteção de direitos. Contudo, salienta Snyder, defender Estados se torna uma tarefa impossível se não aprendemos com o passado e se não acreditamos no futuro. Esse é o nosso desafio: entender como o Holocausto aconteceu no civilizado século XX, para que possamos evitar que ele volte a ocorrer, em cenário caracterizado por uma visão pessimista do

futuro, seja do futuro das nações, seja do futuro da humanidade como um todo. Entender o passado e acreditar no futuro: essa é a receita que Timothy Snyder nos dá para evitar uma nova tragédia como o Holocausto.